

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Constituintes lutaram por direitos e soberania



Fotos: Arquivo da Câmara dos Deputados



Constituintes, as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Rose de Freitas (MDB-ES), e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), merecem nosso reconhecimento e reverência. Elas foram vanguarda e são exemplo a ser seguido por lideranças femininas e pelo movimento organizado de mulheres na luta para conquista de mais espaços de poder político no Brasil.

O jornal Senado Mulher homenageia as 26 deputadas que há 30 anos souberam atuar com firmeza e determinação no importante momento de consolidação do sistema democrático brasileiro.

No dia 7 de março, 20 delas receberão edição especial do Diploma Cidadã Bertha Lutz, sendo seis *in memoriam*.

Um pouco da trajetória dessas mulheres inspiradoras será mostrada em uma exposição fotográfica, no Espaço Senado Galeria, no período de 5 a 16 de março, como parte do calendário de atividades do mês da mulher.

Na Assembleia Nacional Constituinte não havia nenhuma senadora. Hoje, três deputadas de então compõem a bancada feminina do Senado.

Esta edição do Jornal Senado Mulher traz também a palavra de cada senadora às mulheres de seu estado, com as prioridades de seu mandato em 2018.

Assim como as deputadas constituintes, que souberam em seu tempo aprovar propostas que hoje fazem diferença na vida das mulheres, vamos neste ano chamar a bancada feminina a atuar de forma conjunta contra a perda de direitos e pelo respeito à igualdade como conquista cotidiana em benefício da emancipação de toda a sociedade.

Mulheres, em 2018, nenhum direito a menos!

Senadora **Vanessa Grazziotin**
Procuradora Especial da Mulher



Waldemir Barreto / Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS)

Jefferson Rudy / Agência Senado



O crescimento da participação das mulheres nas carreiras de Estado contrasta com a sua insignificante presença na política, sobretudo nas casas legislativas. Levantamento da ONU Mulheres revela que a representação femini-

na no Senado brasileiro é de 12 para 81 cadeiras, ou 14,8%, situação pouco melhor do que a da Câmara Federal, com 55 deputadas para 513 cadeiras, ou 10,7% do total. Nas assembleias estaduais e câmaras de vereadores não é muito diferente. E, no entanto, as mulheres representam 51% da população brasileira e 52% do eleitorado.

Para mudar esse quadro, não bastam palavras de ordem como “mulher vota em mulher” nem reserva de cotas ou novas leis, mas começar pela identificação e incentivo de candidatas vocacionadas para a atividade, que acreditam na sua capacidade para a mudança e querem realizar sonhos pessoais e projetos relevantes para a comunidade. Temos um árduo e longo caminho a ser trilhado para empoderar as mulheres na política, assim como já está ocorrendo nas carreiras de Estado.

Ângela Portela (PDT-RR)

Marcos Oliveira / Agência Senado



Uma prioridade de meu mandato sempre será a luta pela aprovação de projetos que ampliem os mecanismos de punição aos agressores de mulheres.

Um projeto de minha autoria estabelece a obrigatoriedade de coleta de provas e de remessa de informações ao juiz da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, em casos de violência contra a mulher envolvendo crianças e adolescentes como testemunhas ou como vítimas da agressão.

A ampliação das punições se faz necessária diante do aumento da violência doméstica, sexista e de gênero no país.

Segundo o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 houve 4.657 registros de assassinato de mulheres. Desses, 533 foram notificados como feminicídios – crime contra mulheres por motivo de gênero.

Também foram registrados quase 50 mil estupros no país, uma média de 135 por dia. Em Roraima a taxa é de 52,2 estupros a cada 100 mil habitantes, enquanto que a do país é de 26,1. Os números dão ideia da gravidade da situação no Brasil como um todo e no meu estado em particular.

Fátima Bezerra (PT-RN)

Estamos vivenciando um momento muito delicado da história do nosso País, e o ano de 2018 será decisivo para o futuro do Brasil.

Enquanto senadora da República pelo estado do Rio



Cerardo Magela / Agência Senado

Grande do Norte, não medirei esforços para combater o programa do governo ilegítimo, que engloba o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, a privatização do patrimônio nacional, a eliminação dos direitos trabalhistas inscritos na CLT, a redução do orçamento de universidades e institutos federais de educação, a reforma autoritária do ensino médio e a tão propagandeada reforma da Previdência.

Uma das nossas prioridades neste momento é combater, no Parlamento e nas ruas, a reforma da Previdência, pois ela prejudica o conjunto da classe trabalhadora, mas prejudica ainda mais as mulheres brasileiras, especialmente as trabalhadoras rurais e as professoras da educação básica.

As mulheres brasileiras são e continuarão sendo protagonistas na construção de um Brasil sem violência, sem preconceito e com dignidade e cidadania para todos.

Gleisi Hoffmann (PT-PR)

Marcos Oliveira / Agência Senado



A destituição da presidenta Dilma foi seguida aceleradamente pela destruição das políticas para as mulheres e da valorização do protagonismo feminino nos programas sociais dos governos de Lula e Dilma. A exemplo do

Bolsa Família e do *Minha Casa, Minha Vida*, cuja titularidade da mulher funcionou como uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social, até os investimentos específicos às atividades desenvolvidas pelas mulheres na agricultura familiar (*Pronaf Mulher*), no cooperativismo solidário, no empreendedorismo, na saúde, na assistência social, na educação e no enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres.

Destruir essas políticas precariza a sociedade. Interrompe um ciclo de avanços sociais e políticos que garantiram mais dignidade e oportunidades à participação das mulheres nas tomadas de decisão e na ocupação de espaços de poder. Precisamos de mais mulheres na política e de uma política que valorize a participação das mulheres na edificação de um futuro melhor para o País.

Kátia Abreu (Sem partido-TO)

Neste ano em que iremos às urnas escolher nossos novos governantes, dirijo-me especialmente à mulher tocantinense para lhe fazer uma pergunta: qual é o Tocantins que você quer?

Tenho percorrido todo o estado há um ano, fazendo essa pergunta às tocantinenses e aos tocantinenses. Foram mais de 60 cidades visitadas e 12 mil quilômetros percorridos em uma busca ativa de ideias e sugestões para solucionar os gargalos dos problemas que incomodam as pessoas. Percebi que precisamos de um governo das coisas simples. A maior parte dos problemas não demanda obras ou projetos faraônicos, mas, sim, vontade política de resolver.

Chamo as mulheres do Tocantins a refletirem sobre o que sonham para nosso estado e levarem suas demandas ao debate este ano. Eu, Kátia Abreu, sonho com um Tocantins em que nossas filhas e nossos filhos possam andar livremente pela rua; sonho com creches e educação de qualidade, hospitais em funcionamento, saúde pública digna e paz às famílias tocantinenses.



Jefferson Rudy / Agência Senado

Lídice Da Mata (PSB-BA)

Em todo o mundo, cresce a luta em defesa dos direitos das mulheres. No Brasil, neste ano, há um desafio ainda maior: as eleições majoritárias requerem consciência ampliada. É hora de refletir sobre quem

serão os representantes das pautas que o Brasil quer e, principalmente, nós, mulheres, queremos. Afinal, somos mais de 50% da população e do eleitorado do País e as principais mantenedoras econômicas dos lares brasileiros.

Há 30 anos, era promulgada a Constituição Cidadã de 1988. E o que vemos hoje são ameaças constantes aos direitos amplamente defendidos na Carta das Mulheres, e conquistados.

Contra retrocessos nos direitos das mulheres, nosso mandato está atento a estas bandeiras: saúde, segurança, combate à violência, educação de qualidade, mais creches e também garantias de mercado de trabalho e salários dignos. Vamos lutar para não se aprovar a reforma previdenciária, e para a ampliação da participação das mulheres na política. O desenvolvimento do Brasil, com mais justiça social, passa, prioritariamente, por mais mulheres na política e no poder.



Waldemir Barreto / Agência Senado

Lúcia Vânia (PSB-GO)

O ano de 2018 é decisivo para a política brasileira e também para as mulheres. No Brasil, conquistamos o direito básico de votar há menos de 90 anos. E ainda são muitas as barreiras que dificultam que as mulheres sigam além desse mínimo, que é o exercício do direito de voto, e assegurem também plenamente seu direito a assumir um papel político mais ativo nos diversos níveis de administração da vida em comum.

A Organização das Nações Unidas (ONU) publicou recentemente um mapa que retrata a presença das mulheres na política em todo o mundo. O Brasil aparece mal nesse mapa.

No que diz respeito à representação no Legislativo, ocupamos a centésima quinquagésima quarta posição entre 190 países. Temos 10,7% das cadeiras da Câmara e 14,8% das vagas do Senado ocupadas por mulheres – bem abaixo da média mundial, que é, respectivamente, de 23,4% e 22,9%. Precisamos superar essa fase e avançar nossas pautas sociais.



Pedro França / Agência Senado

Maria do Carmo (DEM-SE)

Este é um ano muito importante para a mulher brasileira, não só porque estamos com uma pauta feminina extensa nas duas casas legislativas, mas porque é também um ano de eleições. Apesar de todas as dificuldades que

ainda se impõem à candidatura da mulher, renovo minhas expectativas de que possamos ter em Sergipe bons nomes concorrendo aos cargos eletivos, qualificando cada vez mais a representatividade feminina no Estado.

A mulher sergipana, que já se destaca nacionalmente por estar à frente em atividades empresariais, é mais uma vez convidada a protagonizar nas esferas públicas, para que participe da política e ocupe as posições que lhes cabe, ampliando nossa representatividade nos Poderes da República. E não tenho dúvidas de que Sergipe tenha grandes colaborações a dar, pois é terra de mulheres aguerridas e que se comprometem com a luta por igualdade de direitos e de oportunidades, tornando esse caminho cada vez mais largo para as novas gerações.



Beto Barata / Agência Senado

Regina Sousa (PT-PI)

Edilson Rodrigues / Agência Senado



Posse. Ciúmes. Rai-va. Desejo de vingança. Esses sentimentos arraigados numa sociedade machista ainda justificam um crime hediondo. O feminicídio, por muitos anos, foi considerado legal no País. Segundo a sociedade patriarcal, era justo que

o homem “lavasse sua honra com sangue”. Era comum justificar um crime com uma simples frase: o que é que vão pensar de mim? A realidade pode ter mudado no Código Penal, mas nas cabeças, nos corações e nas mentes, ainda há muito para ser alterado.

Cheguei a apresentar relatório, em 2017, na Comissão de Direitos Humanos, contra sugestão legislativa de tirar o termo feminicídio do Código Penal – um indicador do pensamento que ainda permeia a maior parte da sociedade.

Trabalharei para que, em 2018, as mulheres sejam ainda mais conhecedoras dos seus direitos. E para que possamos construir, por meio da educação, um País onde meninos aprendam, desde pequenos, que não está correto o pai agredir a mulher, que eles não têm poder sobre a irmãzinha e, sobretudo, que eles cresçam sem sentir vontade de agredir.

Marta Suplicy (MDB-SP)

Waldemir Barreto / Agência Senado



Faz mais de 30 anos que atuo na política. Tudo começou com a questão das mulheres. Tornei-me feminista nos anos 70. Lembro-me, como hoje, da vinda, ao Brasil, da americana Betty Friedan, a convite de Rose Marie Muraro (ícones da nossa geração). Na versão analógica da nossa sociedade, foi um tsunami! Gigantesca onda reacionária ao movimento.

Continuamos lutando por décadas. Foram protestos nas ruas, debates, audiências, eleições de mulheres, apresentação de projetos, defesa e conquistas de direitos: cotas para mulheres em partidos, aborto legal, Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio etc. Evoluímos com a participação de mulheres cisgênero e transgênero, de etnias, religiões e classes sociais diferentes.

No entanto, mais recentemente, a onda retrógrada tem se revigorado. Quer retrocessos porque, finalmente, a balança da sociedade, pende a favor das mulheres.

Em 2018, portanto, atuarei em defesa das bandeiras históricas e por mais avanços. Retrocesso, nunca!

Simone Tebet (MDB-MS)

Edilson Rodrigues / Agência Senado



A violência tem roubado a paz do brasileiro. O assunto se tornou o tema da Campanha da Fraternidade de 2018; é motivo da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro; e é pauta prioritária no Con-

gresso Nacional.

Fui relatora de cerca de 40 proposições no Senado. Entre as matérias, destaco a PEC que tornou o estupro crime imprescritível, o projeto que aumenta em 2/3 a pena para estupro coletivo e o que tipifica o crime de abuso em transporte público. Sobre o sistema carcerário, relatei o projeto que reduz o “saída”; o que obriga o condenado a pagar pelas despesas com tornozeleira eletrônica; e o que exige a instalação de bloqueadores de celular em presídios. Sou relatora, também, da PEC que veda o corte de recursos dos fundos de apoio a projetos nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência.

É certo que cada um tem seu papel. O do Congresso é fazer leis mais eficazes e adequadas à realidade nacional.

Rose de Freitas (MDB-ES)

Marcos Oliveira / Agência Senado



A disparidade entre os gêneros ainda é preocupante, apesar das conquistas e leis criadas para proteger mulheres da violência.

Ora, o Mapa da Violência revela que as unidades do SUS recebem por dia 405 mulheres vítimas de violência sexual, física ou psicológica.

E, segundo a ONU, o registro de 50 mil estupros por ano no Brasil indica uma “cultura do estupro”. Então, tolerância zero!

Sempre trabalhei nesse sentido. Em 1996, o Governo sancionou lei de minha autoria que ampliou a pena de reclusão, de oito para 12 anos, dos crimes de estupro contra menores de 14 anos.

Em 2016, o Senado ampliou a pena máxima, de 10 para 12 anos e meio, dos condenados por estupro coletivo – após o caso contra uma adolescente no Rio de Janeiro.

É preciso avançar, conscientizar, julgar e condenar os agressores! É preciso ampliar investimentos na educação e na saúde pública da mulher. Lugar de mulher é onde ela quiser estar.

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Gráfica do Senado Federal

Textos e edição: Rita Polli, Ramíla Moura, Paula Bento e Lunde Braghini

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Polli (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal, Anexo II, Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher

www.senado.leg.br/procuradoria